



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**EXERCÍCIO  
DE  
2020**

## ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2 e 3
Demonstração do Resultado do Período	4
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	5
Demonstrac�o dos Fluxos de Caixa	6
Notas Explicativas	7 � 19

BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(em Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	78.931.816,11	37.106.531,52
Adiantamentos a Fornecedores		-	12.227,00
Adiantamentos a Empregados	5	3.874.288,79	3.975.094,00
Adiantamentos para Despesas		10.465,37	5.524,54
Impostos Recuperáveis		3.219,60	3.561,27
Créditos de Contratos de Gestão e Convênios	6	56.292.579,30	43.210.130,37
Outros Créditos		-	32.671,34
Reservas para Contingências	7	24.853.853,41	24.455.794,49
Despesas Antecipadas		91.793,17	95.590,36
		<b>164.058.015,75</b>	<b>108.897.124,89</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável à Longo Prazo		62.080,20	62.080,20
Imobilizado	8	9.414.333,04	7.600.738,22
Intangível	9	63.081,95	80.752,94
		<b>9.539.495,19</b>	<b>7.743.571,36</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>173.597.510,94</b>	<b>116.640.696,25</b>

Continua...



BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(em Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	Notas	2020	2019
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		5.585.835,30	4.151.607,62
Obrigações Trabalhistas	10	23.837.032,46	20.913.909,57
Obrigações Sociais e Fiscais	11	19.177.588,11	17.734.195,04
Empréstimos Bancários		-	32.685,81
Contas a Pagar		2.325.776,10	2.359.822,36
Provisões para Férias e Encargos		35.839.939,14	31.655.235,00
		<b>86.766.171,11</b>	<b>76.847.455,40</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisões para Contingências	12	2.648.030,95	2.648.030,95
Contas a Pagar		33.028,67	11.584,90
Recursos Governamentais a Realizar		2.157.860,41	554.562,81
Bens Públicos em nosso poder	13	9.477.414,99	7.681.491,16
		<b>14.316.335,02</b>	<b>10.895.669,82</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social		28.897.571,03	31.307.675,69
Déficit / Superávit do Exercício	26	43.621.662,06	(2.249.217,96)
Transferências Patrimoniais		(4.228,28)	(160.886,70)
		<b>72.515.004,81</b>	<b>28.897.571,03</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>173.597.510,94</b>	<b>116.640.696,25</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.






DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DO PERÍODO FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(em Reais)

	Notas	2020	2019
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>14</b>	<b>662.643.493,25</b>	<b>525.331.800,94</b>
Contratos de Gestão e Convênios	<b>15</b>	668.518.355,75	525.032.849,45
Realização de Bens Públicos em nosso poder		1.312.227,35	1.276.492,54
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	<b>3.g</b>	(3.107.730,71)	(602.006,71)
(-) Devolução de Repasse		(4.029.796,32)	-
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(49.562,82)	(375.534,34)
<b>CUSTOS</b>		<b>(592.270.967,19)</b>	<b>(520.733.617,37)</b>
Pessoal e Reflexo	<b>17</b>	(509.369.576,22)	(466.840.318,03)
Serviços Terceirizados	<b>18</b>	(75.078.811,36)	(48.534.485,48)
Medicamentos e Materiais de Consumo	<b>19</b>	(7.822.579,61)	(5.358.813,86)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	<b>24</b>	109.195.931,07	100.413.390,03
(-) Isenção da CPP Usufruída	<b>24</b>	(109.195.931,07)	(100.413.390,03)
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>		<b>70.372.526,06</b>	<b>4.598.183,57</b>
<b>DESPESAS</b>		<b>(28.149.450,40)</b>	<b>(10.076.691,93)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições		(72.904,09)	(108.268,23)
Despesas Gerais	<b>20</b>	(10.655.364,12)	(9.968.423,70)
Provisões para Devedores Duvidosos		(17.421.182,19)	-
<b>OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>216.752,53</b>	<b>76.738,77</b>
Receitas com Doação		35.389,17	5.458,64
Outras Receitas		181.363,36	71.280,13
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS</b>		<b>42.439.828,19</b>	<b>(5.401.769,59)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>16</b>	<b>1.181.833,87</b>	<b>3.152.551,63</b>
Receitas Financeiras		1.425.684,91	3.277.835,70
(-) Despesas Financeiras		(243.851,04)	(125.284,07)
<b>DÉFICIT / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>26</b>	<b>43.621.662,06</b>	<b>(2.249.217,96)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit	Transferências Patrimoniais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>19.806.740,55</b>	<b>11.502.264,60</b>	<b>(1.329,46)</b>	<b>31.307.675,69</b>
Incorporação do Superávit Anterior	11.502.264,60	(11.502.264,60)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(1.329,46)	-	1.329,46	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(160.886,70)	(160.886,70)
Déficit do Exercício	-	(2.249.217,96)	-	(2.249.217,96)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>31.307.675,69</b>	<b>(2.249.217,96)</b>	<b>(160.886,70)</b>	<b>28.897.571,03</b>
Incorporação do Superávit Anterior	(2.249.217,96)	2.249.217,96	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(160.886,70)	-	160.886,70	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(4.228,28)	(4.228,28)
Superávit do Exercício	-	43.261.662,06	-	43.621.662,06
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>28.897.571,03</b>	<b>43.261.662,06</b>	<b>(4.228,28)</b>	<b>72.515.004,81</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(em Reais)

	2020	2019
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Déficit / Superávit do Exercício	43.621.662,06	(2.249.217,96)
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	12.227,00	(11.181,36)
Adiantamentos a Empregados	100.805,21	(227.877,19)
Adiantamentos para Despesas	(4.940,83)	818,54
Impostos Recuperáveis	341,67	(2.336,41)
Créditos com Contratos de Gestão e Convênios	(13.082.448,93)	(8.325.615,31)
Outros Créditos	(365.387,58)	(1.180.259,14)
Despesas Antecipadas	3.797,19	(46.266,92)
Realizável a Longo Prazo	-	(48.000,00)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	1.434.227,68	(52.013,04)
Obrigações Trabalhistas	2.923.122,89	229.002,08
Obrigações Sociais e Fiscais	1.443.393,07	1.141.048,27
Provisões para Férias e Encargos	4.184.704,14	1.359.217,96
Outras Obrigações	1.590.695,11	(468.694,34)
<b>Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>41.862.198,68</b>	<b>(9.881.374,82)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencentes a Gestão Pública	3.107.986,21	602.006,71
Baixa de Imob./Intang. pertencentes a Gestão Pública	(2.035,03)	-
<b>Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>3.105.951,18</b>	<b>602.006,71</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(3.105.951,18)	(602.006,71)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	(32.685,81)	32.589,67
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(4.228,28)	(160.886,70)
<b>Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(3.142.865,27)</b>	<b>(730.303,74)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>41.825.284,59</b>	<b>(10.009.671,85)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	37.106.531,52	47.116.203,37
Disponibilidades no Final do Exercício	78.931.816,11	37.106.531,52
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>41.825.284,59</b>	<b>(10.009.671,85)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(em Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de gestão e convênios abaixo descritos:

- **Contrato de Gestão nº 003/2007:** visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no Programa de Retaguarda Hospitalar – PROREHOSP, que vem sendo prorrogado através de termos aditivos;
- **Contrato de Gestão nº R 006/2015:** visando o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial do distrito administrativo Jardim Ângela da Supervisão Técnica de Saúde M’Boi Mirim e do distrito administrativo Capão Redondo da Supervisão Técnica de Saúde Campo Limpo, com prazo de vigência de 60 meses;
- **Convênio nº 002/2011:** visando a implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral a assistência materno infantil do Programa Parto Seguro à Mãe Paulistana no município de São Paulo, que vem sendo prorrogado através de termos aditivos.

Com isto vem desenvolvendo ações e serviços de saúde na Organização Social São Paulo.





---

**2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

**2.a) Declaração de conformidade:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos de abertura.

**2.b) Base de mensuração:**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

**2.d) Uso de estimativas e julgamentos:**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019.

#### 3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2020 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2019. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Benfeitorias: 25 anos;
  - Instalações: 10 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos;
  - Veículos: 5 anos.





### 3.c) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

### 3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

### 3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

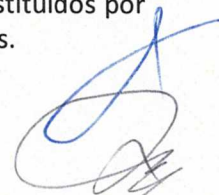
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.f) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

### 3.g) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.





### 3.h) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

### 3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

### 3.j) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<b>FUNDO FIXO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fundo Fixo de Caixa	1.000,00	1.000,00
	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>

<b>BANCO – CONTA MOVIMENTO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Banco do Brasil S.A.	934,04	262.498,04
Banco Santander (Brasil) S.A.	40,00	1.568,09
Banco Bradesco S.A.	220,39	408,42
	<b>1.194,43</b>	<b>264.474,55</b>

<b>BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	70.699.395,83	28.489.147,60
Banco Bradesco S.A.	8.230.225,85	8.351.909,37
	<b>78.929.621,68</b>	<b>36.841.056,97</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

**5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

	2020	2019
Adiantamentos de Férias	3.871.791,59	3.971.241,47
Outros Adiantamentos a Empregados	2.497,20	3.852,53
	<b>3.874.288,79</b>	<b>3.975.094,00</b>

**6. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO**

	2020	2019
Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	11.416.285,19	5.313.404,24
Contrato de Gestão R006/2016 (Jd. Angela/Capão Redondo)	62.297.476,30	33.866.929,81
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	-	4.029.796,32
(-) Provisão Para Devedores Duvidosos	(17.421.182,19)	
	<b>56.292.579,30</b>	<b>43.210.130,37</b>

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura Municipal de São Paulo, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber.

**7. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS**

Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

	2020	2019
<b>RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS</b>		
Banco Santander (Brasil) S.A.	24.853.853,41	24.455.794,49
	<b>24.853.853,41</b>	<b>24.455.794,49</b>





**8. IMOBILIZADO**

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2020	2019
Benfeitorias	4%	8.168.743,50	5.643.637,90
Instalações	10%	60.229,00	5.265,00
Máquinas e Equipamentos	10%	3.770.121,37	3.656.950,00
Equipamentos de Uso Médico	10%	5.110.397,26	4.877.865,26
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	2.058.139,64	2.018.043,33
Equipamentos de Informática	20%	2.344.073,46	2.334.982,46
Móveis e Utensílios	10%	2.723.037,51	2.594.826,49
(-) Depreciação Acumulada		(14.820.408,70)	(13.530.832,22)
		<b>9.414.333,04</b>	<b>7.600.738,22</b>

Conforme preceituado no contrato de gestão e convênios firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

**9. INTANGÍVEL**

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2020	2019
Direito de Uso de Sistemas	20%	413.796,01	411.181,10
(-) Amortização Acumulada		(350.714,06)	(330.428,16)
		<b>63.081,95</b>	<b>80.752,94</b>

**10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2020	2019
Salários a Pagar	23.767.304,94	20.835.630,67
Rescisões a Pagar	27.038,27	38.875,70
Pensões Alimentícias a Pagar	42.689,25	39.403,20
	<b>23.837.032,46</b>	<b>20.913.909,57</b>





**11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS**

	2020	2019
INSS a Recolher	1.828.443,21	1.650.360,10
FGTS a Recolher	4.033.790,45	3.655.014,84
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	19.776,32	17.458,16
IRRF a Recolher	12.581.469,46	11.950.328,83
CSRF a Recolher	371.883,34	156.269,07
INSS Retido de PJ a Recolher	295.350,42	267.127,27
ISS Retido na Fonte a Recolher	46.874,91	37.636,77
	<b>19.177.588,11</b>	<b>17.734.195,04</b>

**12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

	2020	2019
Provisões para Contingências Tributárias	3.642,11	3.642,11
Provisões para Contingências Trabalhistas	2.644.388,84	2.644.388,84
	<b>2.648.030,95</b>	<b>2.648.030,95</b>

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 9.433.238,74, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2020
De natureza Trabalhista	9.428.238,74
De natureza Cível	5.000,00
	<b>9.433.238,74</b>



**13. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER**

A rubrica “Bens públicos em nosso poder”, no montante de R\$ 9.477.414,99 em 2020 e R\$ 7.681.491,16 em 2019, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

**14. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como “saldos de contrato”). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

**15. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS**

	2020	2019
Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	99.264.173,10	32.508.824,01
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	446.505.575,15	393.092.794,78
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	122.748.607,50	99.431.230,66
	<b>668.518.355,75</b>	<b>525.032.849,45</b>

**16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2020	2019
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.421.528,59	3.274.765,55
Descontos Obtidos	4.156,32	3.070,15
(-) Despesas Bancárias	(131.696,23)	(116.680,87)
(-) Juros e Mora Comerciais	(5.808,59)	(6.138,20)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(106.346,22)	(2.465,00)
	<b>1.181.833,87</b>	<b>3.152.551,63</b>



**17. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Remunerações	434.506.201,74	397.971.415,51
Benefícios	36.617.083,01	32.797.728,40
Encargos Sociais	38.246.291,47	36.071.174,12
	<b>509.369.576,22</b>	<b>466.840.318,03</b>

**18. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	73.976.304,50	46.829.553,24
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	1.102.506,86	1.704.932,24
	<b>75.078.811,36</b>	<b>48.534.485,48</b>

**19. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	4.005.354,55	2.317.077,86
Materiais de Consumo	1.440.316,97	1.333.831,63
Materiais de Conservação e Reparos	1.723.867,27	1.365.153,01
Outros Materiais e Insumos	653.040,82	342.751,36
	<b>7.822.579,61</b>	<b>5.358.813,86</b>

**20. DESPESAS GERAIS**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Contas de Consumo (Água, Luz e Energia Elétrica)	1.815.017,29	2.013.329,19
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	6.787.061,35	6.084.709,34
Administrativas	260.550,82	226.411,92
Publicidade	48.438,52	83.637,16
Eventos	22.337,84	9.664,98
Bens Não Imobilizados	66.936,67	50.572,36
Outras Despesas Gerais	1.655.021,63	1.500.098,75
	<b>10.655.364,12</b>	<b>9.968.423,70</b>



---

**21. COBERTURAS DE SEGUROS**

---

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

---

**22. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

---

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada “Lei da Filantropia” e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

---


**23. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

---

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021- CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado, com validade pelo período de 30 de novembro de 2015 até 29 de novembro de 2018.

Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.191938/2018-98.



Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

*“Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto.”*

*“Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador. “*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como “provável” a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

#### 24. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2020 foi de R\$ 109.195.931,07 (em 2019 de R\$ 100.413.390,03) e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:

	2020	2019
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	108.975.611,91	100.072.403,59
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	220.319,16	340.986,44
	<b>109.195.931,07</b>	<b>100.413.390,03</b>
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(108.975.611,91)	(100.072.403,59)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(220.319,16)	(340.986,44)
	-	-



A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.191938/2018-98.

## 25. **TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)**

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

## 26. **SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO**


O Superávit do exercício de 2020 foi de R\$ 43.621.662,06 e o Déficit de 2019 de R\$ 2.249.217,96, estando assim distribuído entre o contrato de gestão e convênios:

	2020	2019
Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	28.053.615,36	4.380.646,23
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	8.373.933,50	(5.444.759,61)
Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	3.535,55	11.380,09
Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	8.722,04	25.145,29
Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	49.400,35	100.194,27
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	7.132.455,26	(1.321.824,23)
	<b>43.621.662,06</b>	<b>(2.249.217,96)</b>

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.



**Dr. Mário Santoro Junior**  
Gerente de Desenvolvimento Institucional



**Alexandre Papi**  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3